

OS ARQUIVOS PESSOAIS EM FACE DO PATRIMÔNIO CULTURAL

THAIS JERONIMO SVICERO*

O interesse pelos arquivos privados

Nas últimas décadas, os arquivos privados, especialmente os arquivos pessoais, assumiram relevante posição nas pesquisas acadêmicas. Os trabalhos desenvolvidos englobam diversas áreas do conhecimento e contribuem para um melhor entendimento de seu uso como fonte e também como objeto de pesquisa. No âmbito da História, área em que a pesquisa, relacionada a este trabalho está sendo desenvolvida, Cristophe Prochasson demonstra que o aumento de interesse dos historiadores pelas fontes privadas ocorreu devido a mudança da perspectiva historiográfica. Para o autor,

[...] os papéis pessoais atraíam muito mais os historiadores da literatura ou da arte, que santificavam profissionalmente as notas das lavadeiras dos grandes homens. Hoje, o desenvolvimento da história cultural e da história das elites tornou as fontes privadas, não mais fontes excepcionais capazes de acrescentar um pouco de sal a uma narrativa austera ou de fornecer (enfim!) a chave do mistério da criação, mas fontes comuns, que se tenta conservar como se conservam as fontes administrativas ou estatísticas. Essa evolução traduz uma mudança fundamental de sensibilidade historiográfica que alguns podem interpretar como sinal de uma “crise” e outros, talvez mais perspicazes, vêem como uma modificação da relação com a história como disciplina científica, com o tempo e, de modo mais geral, com os fenômenos observados. (PROCHASSON, 1998, p.105)

Ainda segundo esse mesmo autor, as mudanças nas práticas historiográficas esclarecem o gosto pela utilização dos arquivos privados. Dessa forma, dois fatores são responsáveis por este acontecimento, primeiro, a história cultural e o aumento dos trabalhos relacionados aos intelectuais e, segundo, o interesse por fontes menos seriais e mais qualitativas, impulsionada pela micro-história e pela antropologia histórica.

Por mais que ao autor trate excepcionalmente do caso francês, esse interesse parece fluir em diversos países. No Brasil, Ângela de Castro Gomes (1998, p.124), ressalta que as instituições ligadas à guarda de arquivos privados também surgiram na década de setenta, juntamente ao “boom” da descoberta francesa, e como exemplo, a autora traz duas dessas, que atualmente vivem plena “aceitação e rotinização” do meio

* Mestranda em História na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” / UNESP, Bolsista FAPESP

acadêmico tanto no país quanto no exterior, é o caso do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas/FGV e do Arquivo Edgard Leuenroth da Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP.

Sua importância como patrimônio documental e cultural

É fato que os arquivos privados, mais precisamente os arquivos pessoais, constituem um precioso bem cultural na medida em que agregam significativo patrimônio documental e cultural. E, infelizmente, pode-se ressaltar que o estudo sobre essa categoria de patrimônio é pouco explorado tendo uma bibliografia bastante escassa.

As leis referentes a esses arquivos também são recentes. A propósito, seria pertinente traçarmos aqui um pequeno panorama histórico das políticas de preservação relacionadas ao patrimônio documental na legislação brasileira.

Segundo Célia Reis Camargo (1999), a criação das primeiras instituições ligadas à guarda de um acervo documental no Brasil, iniciou-se com a instalação da Corte Portuguesa no país em 1808. Porém, estas eram inteiramente ligadas ao poder central do Império e exclusivamente com o intuito de “construção da nação”. A autora fornece como exemplo o caso do Museu Nacional e da Biblioteca Real do Rio de Janeiro, hoje, Biblioteca Nacional, compostos por um acervo bibliográfico que pertencera inicialmente a D. João VI.

O período que se segue relaciona-se a questão da territorialidade e da unidade nacional, bases da construção do governo republicano, quando se realiza a construção das identidades regionais e locais que para a autora,

[...] serão a base para as novas ações no sentido de centralizar o saber histórico, descentralizando o reconhecimento de seus fundamentos, e de selecionar os bens testemunho da nação, descentralizando, conforme os interesses políticos centrais, sua localização e preservação. (CAMARGO, 1999, p.68)

Portanto, foi a partir de 1937, com o Estado Novo sob o governo do presidente Getúlio Vargas, que se inicia a configuração do modelo político de proteção atribuído a noção de patrimônio. Nesse contexto, é importante salientar a criação do SPHAN¹, que se desenvolveu com a ajuda dos ideais dos intelectuais modernistas integrado ao

¹ A sigla SPHAN corresponde a Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Hoje, esse órgão denomina-se IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Ministério da Educação e Saúde (MES) de Gustavo Capanema, tornando-se assim, um importante instrumento para a efetivação das ações relacionadas ao patrimônio, porém, ligadas a construção da nação pelo Estado. (FONSECA, 2005, p.96)

Contudo, para tal fim, a atenção voltada à preservação do patrimônio, voltou-se quase que exclusivamente, aos bens artísticos e arquitetônicos. Sobre as definições do patrimônio, nesse período, Teixeira Coelho esclarece que,

[...] definições como a do Estado Novo e a da Carta do México² não são bastante explícitas, dando margem a que se preserve somente as obras de arte ditas nobres e os monumentos vinculados à história oficial do país, quer dizer, à história dos vencedores e das classes dominantes. (COELHO, 2004, p.287)

Quanto aos arquivos, ainda segundo Célia Reis Camargo (1999, p. 73), foi somente em 1946, a partir do decreto-lei n. 8.534 de 02 de Janeiro, que determinava ao SPHAN catalogar e proteger arquivos estaduais, municipais, eclesiásticos e particulares.

Foi, porém, na década de 1970, mais especificamente a partir de 1975, denominado pela autora como o período da “construção da memória”, que o SPHAN reformula as concepções sobre sua ação patrimonial, ampliando novamente sua base conceitual e introduzindo as noções de *memória, civilização material e bem cultural* (CAMARGO, 1999, p. 75). E assim, novas instituições ligadas ao patrimônio documental e bibliográfico entraram em cena.

Entretanto, foi a Constituição de 1988 que formula a concepção de patrimônio de forma mais ampla, contemplando todas as modalidades do patrimônio histórico. Diante disso, “A abertura para sociedade civil, na proteção ao patrimônio histórico, é o primeiro elemento de inovação desse texto”. (CAMARGO, 1999, p. 132).

Particularmente, referindo-se ao patrimônio documental, foi somente em 08 de janeiro de 1991 com a lei 8.159 que as inovações sobre a política nacional de arquivos públicos e privados aparece de forma concreta, os definindo como:

Art. 2º Consideram-se arquivos, para os fins desta lei, os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos.

² O autor refere-se à carta do México que traz a seguinte definição de patrimônio cultural: “o conjunto de produtos artísticos, artesanais e técnicos, das expressões literárias, lingüísticas e musicais, dos usos e costumes de todos os povos e grupos étnicos, do passado e do presente”. (COELHO, 2004, p. 287)

Mais adiante, necessariamente sobre os arquivos privados, foco desse trabalho, é atribuído a estes a importância de interesse público e social, porém, ligados ao desenvolvimento nacional, demonstrado da seguinte maneira:

Art. 12º Os arquivos privados podem ser identificados pelo Poder Público como de interesse público e social, desde que sejam considerados como conjuntos de fontes relevantes para a história e desenvolvimento científico nacional.

É necessário esclarecer, que a regulamentação dessa lei ocorreu somente no Decreto 4.915 de 12 de dezembro de 2003 com algumas alterações sobre a preservação dos arquivos de interesse público, dessa forma,

Art. 1º Ficam organizadas sob a forma de sistema, com a denominação de Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA, as atividades de gestão de documentos no âmbito dos órgãos e entidades da administração pública federal.

§ 1º Para os fins deste Decreto, consideram-se documentos de arquivo aqueles produzidos e recebidos por órgãos e entidades da administração pública federal, em decorrência do exercício de funções e atividades específicas, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos.

Pelo exposto, pode-se observar que os arquivos privados são pouco referidos nas leis de preservação do patrimônio cultural brasileiro, porém, essas poucas mudanças, mas, significativas, contribuem para assegurar sua preservação e importância.

É importante ressaltar também, a criação pela UNESCO do *Programa Memória do Mundo* em 1992 que estimulou a consciência internacional sobre a importância do patrimônio documental garantindo a identificação, preservação e a “democratização” do acesso a fundos documentais de significância internacional, nacional e regional,

2.3.1 Por conseguinte, a concepção do Programa Memória do Mundo é que o patrimônio documental mundial pertence a todos, deveria ser plenamente preservado e protegido para todos e, com o devido respeito aos hábitos e práticas culturais, deveria ser acessível para todos de maneira permanente e sem obstáculos³. (EDMONDSON, 2002, p. 9)

Uma questão pertinente aos arquivos pessoais, tratada por Luciana Quillet Heymann de maneira bastante crítica é a valorização das trajetórias individuais como foco de interesse de alguns projetos institucionais, como a criação de memoriais, fundações e institutos voltados especificamente para a preservação da memória de um personagem relevante da história local, regional ou nacional. Desse modo, surgem

³ Grifos do autor

diversos processos de patrimonialização que associam esses arquivos de natureza pessoal a noção de “legado”. Assim,

Vistos como os meios de acesso seguro ao passado, os arquivos funcionam como “prova” das trajetórias às quais se busca associar o atributo da exemplaridade e da singularidade, fundamentais à construção da noção de “legado”. Nesse movimento, os acervos são associados à categoria de patrimônio, e passam a ser vistos como material cuja preservação deve ser garantida em nome da memória da coletividade, seja local seja nacional. (HEYMANN, 2009, p.01)

Dessa forma, quanto mais “original”, “único” e “pessoal” o acervo, mais justificável são os argumentos sobre sua preservação, criação e manutenção de uma estrutura institucional para abrigá-lo. Como exemplo, ela nos traz a Fundação Mário Covas (FMC) e a Fundação Darcy Ribeiro (FUNDAR) que fornecem a dimensão do processo social de construção dos legados históricos no Brasil.

Além disso, outro fato importante apontado pela autora é o grau de reconhecimento da importância dos arquivos pessoais na candidatura ao *Registro nacional do Programa Memória do Mundo*, no qual nos três anos de funcionamento do Comitê brasileiro (2007 a 2009) das 63 proposições apresentadas, 16 destas eram acervos pessoais. Portanto, vale ressaltar que até o Edital de 2009, integram o Registro 12 acervos pessoais destacando claramente o lugar assumido por esses bens patrimoniais.

Diante do exposto, atualmente, os arquivos pessoais tem assumido relevante posição no cenário das políticas de preservação do patrimônio documental brasileiro. Esses acervos ricos em informação contribuem para a difusão do conhecimento de diversas trajetórias e épocas talvez, pouco exploradas, portanto sua preservação é de interesse público e conseqüentemente social.

João Antônio escritor

João Antônio Ferreira Filho, como gostava de ser chamado, simplesmente João Antônio, nasceu em 1937 em bairro operário da cidade de São Paulo. Da infância à adolescência vivida na rua, a verdadeira escola de um menino pobre, emergiu a figura de um homem ligado à literatura. Já na adolescência começa a escrever em pequenos jornais, e na mesma época, a descobrir as mulheres, a sinuca e os boêmios, personagens que serão recorrentes na sua literatura.

Aos 21 anos, o autor ganhou um importante concurso literário promovido pela revista *A Cigarra* com o conto “Fujie”. E ainda nesse mesmo ano sai vitorioso de mais dois concursos importantes, realizados pelos jornais *Tribuna da Imprensa* e *Última Hora*.

Em 1960, um incêndio destruiu a casa em que vivia com sua família, e João Antônio perdeu os originais de seu livro de estréia *Malagueta, perus e bacanaço*. O seu primeiro livro seria reescrito e publicado em 1963, pela Editora Civilização Brasileira, com grande sucesso de público e crítica. Este título rendeu-lhe dois prêmios Jabuti e o prêmio Fábio Prado.

Em 1964, João Antônio mudou-se para o Rio de Janeiro e passou a integrar a importante equipe jornalística do *Jornal do Brasil*. E, em 1966, volta a São Paulo para trabalhar na revista *Realidade*. Porém, foi no Rio de Janeiro que o escritor passou a maior parte de sua vida.

A produção literária de João Antônio sempre correu paralela às atividades que desenvolvia na imprensa e à busca constante pelo reconhecimento de suas obras nas universidades. Na década de setenta, depois de doze anos sem novas publicações, João Antônio voltou à literatura com mais três obras publicadas: *Leão-de-chácara*; *Casa de loucos* e *Malhação do Judas carioca*.

Nos anos oitenta, mais duas obras foram publicadas: *Dedo-duro* e *Abraçado ao meu rancor*. Esta última rendeu ao autor mais cinco prêmios. A década de noventa não registra novidades significativas em sua produção, exceto mais um prêmio Jabuti, em 1993, pela coletânea *Guardador*.

Em outubro de 1996, no Rio de Janeiro, morre João Antônio, só e de forma emblemática, pois mais de vinte dias se passaram até que seu corpo fosse encontrado em seu apartamento.

João Antônio sempre procurou fazer uma literatura que se tornasse próxima a realidade. Assim, cabe citar aqui seu famoso ensaio, “Corpo-a-corpo com a vida”, publicado na coletânea *Malhação do Judas carioca*, na qual o escritor demonstra o caminho, na sua concepção, que a verdadeira literatura brasileira deveria seguir,

O caminho é claro e, também por isso, difícil – sem grandes mistérios e escolas. Um corpo-a-corpo com a vida brasileira. Uma literatura que se rale nos fatos e não que rele neles. Nisso, a sua principal missão – ser a estratificação da vida de um povo e participar da melhoria e da modificação desse povo. Corpo-a-corpo. A briga é essa. Ou nenhuma (ANTÔNIO, 1975, não paginado).

A atuação de João Antônio tanto na imprensa quanto na literatura caracteriza-se pela defesa das personagens marginalizadas da sociedade. Nesse aspecto, para Vima Lia Martin, melancolia e combatividade parecem ser faces complementares da personalidade de João Antônio: “Ao mesclar a autocomiseração com a consciência aguda das mazelas nacionais, o escritor se vê “vítima de seu sonho”, juntando-se aqueles que, embora sejam “atores principais”, não ocupam o lugar de destaque no cenário nacional” (MARTIN, 2008 p.24).

É preciso ressaltar também, que a produção do escritor foi extremamente ativa durante a ditadura militar. Em um período que a censura assolava o país, sua atuação na chamada imprensa alternativa, ou na “imprensa nanica”⁴, como ele mesmo a denominou, foi uma característica marcante de sua escrita. Assim, “A inserção de João Antônio na imprensa nanica confunde-se visceralmente com sua prática literária naqueles anos, no plano da atuação pública como escritor e na fatura de seus textos”. (BELLUCCO, 2008, p.71)

Dessa forma, pela sua vasta contribuição a imprensa e a literatura brasileiras, seu acervo torna-se um inesgotável manancial para o desenvolvimento de pesquisas históricas e literárias.

O arquivo pessoal de João Antônio

Devido às circunstâncias de sua morte, seus pertences foram levados às pressas de seu apartamento alugado em Copacabana para um sítio em Jacarepaguá de um primo de Marília, sua primeira esposa. Onde, permaneceram durante meses em um galpão, em caixas de mudança sem qualquer ordenação ou cuidados de preservação.

Em 1998, após um prévio entendimento com seus familiares, o acervo foi cedido e depositado na UNESP - Campus de Assis, sob a responsabilidade de docentes da mesma universidade. A partir daí, inicia-se a organização desse material⁵.

⁴ A expressão saiu da crônica “Aviso aos nanicos” publicada por João Antônio no jornal *Pasquim*, nº 318 em agosto de 1975. Nessa crônica, ele critica a atuação da grande imprensa no período da censura. Essa informação foi retirada do texto de BELLUCCO, Hugo Alexandre de Lemos. “Um cronista da Imprensa Nanica”. In: OLIVEIRA, Ana Maria Domingues de; ORNELLAS, Clara Ávilla; SILVA, Telma Maciel da (org.). *Papéis de escritor: leituras sobre João Antônio*. Assis: UNESP, 2008, p.71-90

⁵ Dados referentes à destinação do acervo após a morte de João Antônio foram fornecidos pela Profª. Tania Celestino de Macêdo, correspondente e amiga de João Antônio e responsável pela vinda do

O arquivo compõe-se de documentos produzidos desde seu nascimento, em 1937, até sua morte, em 1996. Este é considerado um acervo bastante heterogêneo, pois nele se encontram correspondências pessoais, blocos de anotações, agendas, fotos, contratos de trabalho com editoras, coleções de revistas, recortes de jornais relacionados ao autor e suas obras, discos, originais de suas obras, incluindo inéditos, alguns móveis que pertenceram ao escritor e sua biblioteca particular.

O Acervo não possui ainda seus números definitivos, a identificação sumária de parte dessa documentação está sendo realizada concomitantemente ao desenvolvimento de pesquisas pelos discentes da mesma universidade em nível de graduação e pós-graduação com a supervisão de técnicos do Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa/CEDAP.

Em uma primeira estimativa, pode-se afirmar que o arquivo compõe-se de 50 metros lineares de documentação textual; 4.700 livros (com cerca de 40% anotados) sobre os mais variados títulos e assuntos: política, biografias, romances, poesia, crítica literária, ocultismo, música popular brasileira, 500 exemplares de periódicos diversos e 383 discos⁶.

Seria pertinente aqui, fazer uma breve descrição do conteúdo desse precioso acervo. Sua parte mais visível é a biblioteca do autor que, como se sabe, ao longo de sua vida foi um leitor dedicado, fazendo questão de sua preservação. A maioria desses livros, autografados, guarda as marcas da leitura de João Antônio por meio de uma extensa marginalia.

O número de revistas que o acervo possui também é importante para verificarmos sua ativa participação na imprensa brasileira, incluindo desde jornais escolares dos mais diversos lugares do Brasil, e revistas e jornais que demonstram sua colaboração na imprensa alternativa, como *Realidade*, *O Pasquim* e *Nicolau*.

Vale lembrar, também, que o número de cartas contidas no acervo é bastante grande. E encontramos nessas, material referente a diversos intelectuais brasileiros e internacionais, atestando as diversas relações de sociabilidade mantidas pelo autor.

acervo para UNESP/Assis em entrevista realizada em julho de 2008, com a finalidade de esclarecer aspectos essenciais desse arquivo.

⁶ Essas informações encontram-se no CEDAP (Centro de Documentação e apoio à Pesquisa) da UNESP de Assis.

Quanto à sua discoteca, ou melhor, aos discos de vinil e acetato, pode-se perceber que a maioria refere-se à música popular brasileira. Apesar de pequena, pode-se citar também a coleção de fotos sobre o autor, realizadas por fotógrafos reconhecidos, bem como cenas da vida popular brasileira, reunidas com afincos por João Antônio e que demonstram a riqueza desse material.

É também de absoluta importância a presença dos originais de seus textos. O acervo os possui, manuscritos e datilografados, dos seus livros e de diversas reportagens feitas por João Antônio. Sendo assim possível acompanhar todo o seu processo de escrita a partir da leitura das várias versões de cada um dos textos e das pesquisas feitas pelo próprio escritor que antecederam a sua redação final.

Portanto, os arquivos pessoais trazem a possibilidade de se conhecer seu titular como sujeito e testemunho da história. Constituem uma história de vida, sendo a extensão de seu “arquivador”, e assim, “O conhecimento, a experiência e os registros dessa experiência acumulados por uma pessoa ou instituição constituem uma variada e rica fonte informativa” (SANTOS, 1995, p. 105). Como um precioso patrimônio cultural, sua preservação torna-se significativa para elucidar questões pertinentes a diversos momentos históricos por meio de uma trajetória intelectual.

Referências Bibliográficas

ANTÔNIO, João. *Malhação do Judas Carioca*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

_____. *Literatura comentada*. NETO, João da Silva Ribeiro (org). São Paulo: Abril, 1981

BELLUCO, Hugo Alexandre de Lemos. Um cronista da Imprensa Nanica. In: OLIVEIRA, Ana Maria Domingues de; ORNELLAS, Clara Ávilla; SILVA, Telma Maciel da (org.). *Papéis de escritor: Leituras sobre João Antônio*. Assis: UNESP, 2006. p.71-90

CAMARGO, Célia Reis. *À Margem do Patrimônio Cultural*. Estudo sobre a rede institucional de preservação do patrimônio histórico no Brasil (1838-1980). Tese (Doutorado em História). Assis: UNESP, 1999.

COELHO, Teixeira. *Dicionário Crítico de política cultural*. 3ª ed. São Paulo: FAPESP, Editora Iluminuras Ltda, 2004.

EDMONDSON, Ray. *Memória do mundo: diretrizes para a salvaguarda do patrimônio documental*. Paris: UNESCO, 2002.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: Trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Minc - IPHAN, 2005.

GOMES, Ângela de Castro. Nas malhas do feitiço: O historiador e os encantos dos arquivos privados. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Vol. 11, nº 21, 1998. p.121-127.

HEYMAN, Luciana Quillet. Estratégias de legitimação e institucionalização de patrimônios históricos e culturais: o lugar dos documentos. Rio de Janeiro: CPDOC, 2009. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1835.pdf. Acesso em: 02 de março de 2011.

MARTIN, Vima Lia. *Literatura e marginalidade: um estudo sobre João Antônio e Luandino Vieira*. São Paulo: Alameda, 2008.

PROCHASSON, Cristophe. Atenção: Verdade! Arquivos Privados e renovação das práticas historiográficas. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Vol. 11, nº 21, 1998. p. 105 - 119.

SANTOS, Silvana S. Acervos privados. In: MIRANDA, Wander Melo (org.). *A Trama do Arquivo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, Centro de Estudos Literários FALE/UFMG, 1995. p. 105 -110.